

ORIENTAÇÃO PARA OS TRABALHOS DO SEMINÁRIO DE
POLÍTICA CULTURAL DO minC
(II SEMINÁRIO DO MINISTÉRIO DA CULTURA)

1 - ANTECEDENTES

O presente Seminário é um evento importante na estratégia para formação das diretrizes do Ministério da Cultura, explicitada em documento produzido pela Secretaria de Planejamento, discutido e aprovado pela Comissão de Interlocutores de que trata a Portaria Interministerial nº 161/85.

Tem por antecedentes a realização do Seminário de Brasília, em agosto de 1985; a consolidação das proposições daquele e de outros encontros anteriores, em documentos preparados por grupo-tarefa específico; a realização de discussões internas a nível de Administração Central e das Unidades vinculadas, das quais surgiram documentos setoriais específicos, que foram consolidados no trabalho "Política Cultural Diretrizes Setoriais", documento-base do presente seminário.

2 - OBJETIVO DO SEMINÁRIO

É a preparação de um documento sobre Política Cultural. Portanto, as discussões e proposições devem ater-se a este conteúdo. Os coordenadores de grupos e mesas de plenários atuarão no sentido de assegurar que as discussões não fujam ao tema, responsabilidade a ser partilhada por todos os participantes.

Trata-se de um seminário técnico, uma reunião de trabalho, sendo assegurada plena liberdade de colocações. Espera-se de todos uma participação construtiva, evitando-se discussões sobre problemas internos específicos de cada órgão.

3 - METODOLOGIA

Foi discutida e aprovada pela Comissão de Interlocutores. Baseia-se em trabalhos de grupos multi-institucionais e sessões plenárias, voltados para aprimoramento de um documento de trabalho específico.

3.1 - O documento-base

Elaborado por grupo-tarefa instituído pela Comissão de Interlocutores, contém a consolidação pura e simples dos produtos das discussões; seminários e reuniões de trabalho realizadas a nível das diferentes unidades do Ministério. Nenhum conceito ou proposição estranhos a estas discussões foi inserido no texto.

3.2 - Trabalhos de grupos

Os grupos serão formados pela Comissão de Interlocutores a partir da lista de participantes inscritos, guardando-se a proporcionalidade entre as diversas Unidades do Ministério. Todos os grupos voltar-se-ão para discussão dos mesmos temas.

Cada grupo escolherá um coordenador e um relator, e organizará o trabalho como lhe convier.

Os relatores dos grupos sobre Política Cultural se reunirão às 19 horas do dia 4 de dezembro, para elaboração de um relatório único, consolidado, que será levado a plenário.

A base das discussões é o documento de trabalho. Sobre ele serão levantados os pontos de discordância e os acréscimos, detalhamentos ou modificações que o grupo julgar conveniente propor.

A consolidação das sugestões apresentadas nos diversos seminários e reuniões anteriores sobre Política Cultural que será distribuída aos participantes, deverá ser um dos pontos de referência para as discussões, nos aspectos em que ela trata de Política Cultural no sentido mais amplo, bem como eventuais proposições sobre estrutura do minC. Esta recomendação tem por justificativa a própria estratégia para formulação das diretrizes, que considera este documento como uma forma de se aquilatar os anseios da sociedade com relação à atuação do Ministério. Neste seminário, procurar-se-á somar as experiências da Casa com as contribuições daqueles seminários.

Outro ponto de referência será o pronunciamento do Ministro da Cultura na abertura do Seminário.

3.3 - Sessões plenárias

A mesa dos trabalhos será constituída por um Moderador, um Secretário e eventuais auxiliares que serão escolhidos

pelo Secretário. As mesas serão instaladas pelo Secretário da Comissão de Interlocutores.

Ao Moderador compete presidir e dirigir as sessões, dar a palavra aos participantes, fazer encaminhamentos, consultar a assembléia e controlar o tempo das intervenções. Ao Secretário cumpre auxiliar o Moderador, substituí-lo eventualmente, ler o relatório dos grupos sobre Política Cultural, receber os destaques por escrito, encaminhá-los ou não à votação, organizar lista de intervenções na medida em que os participantes solicitarem sua inscrição.

Os participantes antes de usar da palavra, devem pronunciar seu nome e a instituição a que pertencem.

A dinâmica dos plenários será semelhante a parlamentar, ou seja:

a) na medida em que forem lidos os parágrafos do relatório dos grupos, serão solicitados os destaques pela Assembléia. Os destaques serão apresentados à mesa por escrito;

b) em seguida a palavra será franqueada para encaminhamentos a favor e/ou contra o destaque, tendo cada um o tempo de três minutos para argumentação. Após o encaminhamento será feita a votação.

O plenário sobre Prioridades Estratégicas (dia 5 pela tarde) não comportará destaques nem votação. Estes debates terão o sentido de discutir a compatibilidade e coerência das

5.
prioridades apresentadas com as políticas e diretrizes definidas anteriormente.

O plenário sobre Recomendações para a Estruturação do minC comportará discussões livres sobre as exposições dos relatores, não cabendo necessariamente votação.

4 - CONCLUSÃO DO SEMINÁRIO

O documento-base e seus acréscimos e modificações serão objeto de trabalho de um grupo-tarefa que terá o prazo de uma semana para ajustar o capítulo referente a Política Cultural e Estrutura Administrativa para o documento "Diretrizes Gerais de Política Cultural".

Os capítulos referentes a diretrizes setoriais e prioridades estratégicas, do mesmo documento, serão ajustados a nível das diversas Unidades durante o mesmo período, tendo em vista as conclusões do seminário e a necessidade de melhor padronizar a apresentação destes capítulos. A Comissão de Interlocutores estabelecerá o roteiro único para apresentação da parte referente a diretrizes setoriais.

O documento "Diretrizes Gerais de Política Cultural" será assinado pelo Ministro da Cultura até o dia 20 de dezembro, em programação a ser organizada pela Comissão de Interlocutores.

A partir daí, e de acordo com a estratégia para formulação das diretrizes do minC, este documento orientará uma segunda etapa de discussões internas no Ministério, para detalha-

6.
mento com vistas à montagem do Plano de Ação Integrada do Setor
Cultura, cuja conclusão está prevista para abril de 1986.

II SEMINÁRIO DO MINISTÉRIO DA CULTURA

RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1985

APRESENTAÇÃO

O processo de formulação da política cultural e das recomendações sobre a estruturação administrativa do Ministério da Cultura envolveu discussões, reuniões de trabalho e seminários internos ao nível dos diversos órgãos e entidades que o compõem. Desse processo, resultaram documentos preliminares sobre Política Cultural e Diretrizes Setoriais.

Aberto e encerrado pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Cultura, Dr. Aluísio Pimenta, o II Seminário do minC ocorreu no Rio de Janeiro, de 3 a 6 de dezembro de 1985, e constituiu-se na seqüência natural daquele processo. Como documento básico de trabalho para esse encontro, foi preparada uma consolidação dos textos produzidos pelas diferentes unidades do Ministério.

O presente documento expressa as conclusões do Seminário, e sua redação final resulta dos debates e votações, em plenário, de cada um de seus parágrafos. Como tal, consolida a opinião inicial e básica - sujeita a aprofundamento - dos órgãos componentes do minC, a saber:

Administração Central
Empresas Brasileira de Filmes
Fundação Nacional de Arte
Fundação Nacional Pró-Memória
Fundação Casa de Rui Barbosa
Instituto Nacional de Artes Cênicas
Conselho Nacional de Direito Autoral
Conselho Nacional de Cinema;
e do Fórum das Associações de Servidores.

POLÍTICA CULTURAL DE GOVERNO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Cultura é um conjunto interdependente de atividades humanas. Assim, compreende não só os bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico e artístico, mas também toda a gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de formas de percepção que, por estarem inseridos na dinâmica do cotidiano, não têm sido suficientemente considerados na formulação das diversas políticas.

A Cultura, portanto, é vista pelo ministério como um processo global em que não se deve privilegiar o produto - habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra - em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e de meio ambiente em que esse produto se encontra inserido.

Nesse processo destacam-se alguns bens culturais - aqueles fortemente impregnados de valor simbólico e continuamente reiterados - ao lado de outros, manifestações em processos que constituem evidência da dinâmica cultural. É na interação entre os contextos que elegem e desenvolvem esses bens que se instaura a tensão criadora que impulsiona o processo cultural.

O Estado assegurará condições de livre produção e difusão da cultura brasileira, sem tutelas ou dirigismo, a todos os indivíduos, grupos e organizações sociais.

A nova dimensão da ação do Estado por intermédio do Ministério da Cultura surge no contexto de redemocratização do País, fazendo que a cultura ganhe relevo por suas relações com a democracia e com a liberdade. Nesses termos, torna-se imperioso que a cultura seja elemento essencial para o desenvolvimento do País. Assim, é fundamental que os fatores culturais sejam considerados nos programas de desenvolvimento econômico social.

A configuração do espaço institucional do minC deve, inevitavelmente, levar em conta a inter-relação existente entre cultura e todas as demais políticas governamentais e suas repercussões no campo cultural, tornando-se por isto indispensável a presença do minC no planejamento e na avaliação das ações, para evitar perdas culturais às vezes profundas, decorrentes de ações desenvolvimentistas de consequência predatória no campo da cultura.

É dever do Estado tornar acessíveis à sociedade os bens culturais; recuperar nosso patrimônio cultural; estimular o fluxo criador contemporâneo, sem preocupação de retorno imediato, assegurando o espaço de criação a todas as formas da cultura emergente, mantendo-o livre das pressões dos mais diversos fatores que possam dificultar o desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente pluralista e democrática.

Esta verificação evidencia zonas de confronto que se abrem ao delineamento do campo de atuação do minC, principalmente no que diz respeito à indústria cultural e aos meios de comunicação de massa, o que imediatamente remete à discussão da questão do monopólio do rádio e da TV e à questão do Código de Telecomunicações.

A Cultura é matéria-prima da educação, fornecendo subsídios para a política e a filosofia educacionais, evitando a violentação e desagregação do universo em que se desenvolve, gerando alienação e desajuste social. É necessário que a educação intensifique o processo de aproximação à complexa cultura brasileira, a fim de estar à altura de criar processos de aprendizagem adequados a essa realidade.

Neste sentido, a arte é indispensável à humanização da educação brasileira.

A evidência de que no Brasil coexistem diferentes complexos culturais e a comprovação da validade de suas manifestações são de fundamental importância na formulação se forem respeitadas as peculiaridades de cada contexto cultural.

Todas estas condições impõem ao Ministério da Cultura o dever de assegurar ao homem brasileiro as condições necessárias para exercitar seus modos de pensar, de sentir, de se organizar e de fazer cultura, opondo-se a quaisquer manifestações que violem sua liberdade, sua dignidade, seu patrimônio cultural, contribuindo para sua afirmação, enquanto produtor de cultura e participante de uma sociedade em contínuo processo de transformação.

PRINCÍPIOS BÁSICOS

1. DEMOCRATIZAÇÃO

A ação do minC deverá contar com a efetiva participação de diferentes segmentos socioculturais na composição de seus colegiados, em nível decisório e na discussão e formulação de sua política, a fim de garantir-lhe representatividade.

A concepção da política cultural requer, igualmente, a democratização das informações em todos os níveis de governo e na sociedade civil, conferindo transparência às suas ações.

2. DESCENTRALIZAÇÃO

A estratégia do minC fluirá de um conjunto de ações descentralizadas que compreendam e beneficiem a produção do bem cul tural. Assim, ela derivará da realidade e voltará à ela para se constituir em foro de análise e reorientação. O mecanismo desse princípio é a articulação dos níveis municipal, estadual e federal, mediante a efetiva interação de instituições oficiais, entidades privadas e representantes das comunidades.

.5.

significa uma sistemática articulação e integração com dife-
rentes contextos culturais, desenvolvendo-se esforços destina-
dos a conferir maior grau de autonomia e de poder decisório a
todos os níveis institucionais.

DIRETRIZES PARA OPERACIONALIZAÇÃO

1. RECONHECIMENTO DA PLURALIDADE CULTURAL

Na busca dos componentes da nossa cultura, na reflexão so-
bre o seu processo e na conseqüente apreensão de referenciais,
o minC conferirá especial atenção à pluralidade cultural, para
possibilitar a emergência de suas diferentes manifestações, re-
conhecendo-se que também as culturas marginalizadas, além de
influenciar, ocupam espaço na trajetória cultural brasileira.

2. INTERAÇÃO DAS DIFERENTES CULTURAS

A interação das diferentes culturas que compõem o complexo
cultural brasileiro constituirá preocupação constante dos tra-
balhos. Assim, no estímulo à preservação, à produção e à di-
fusão cultural, o minC buscará essa interação, com base na
reciprocidade e num tratamento que não privilegie umas em de-
trimento de outras.

3. INTER-RELAÇÃO DA PRODUÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL

Na proteção ao patrimônio cultural, dar-se-á especial im-
portância ao relacionamento entre a criação e produção indi-
vidual e/ou coletiva e a emergência dos bens culturais, a fim
de potencializar uma produção mais ampla, mais confiante e
mais livre, nas áreas da criação, realimentando nosso processo
criativo.

.6.

4. RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO DAS DIFERENTES REALIDADES CULTURAIS BRASILEIRAS

Os critérios que norteiam a avaliação do patrimônio cultural deverão ser menos exclusivistas e mais amplos, expressando melhor a pluralidade cultural brasileira e conferindo ao patrimônio ainda não consagrado o necessário reconhecimento e a proteção legal.

5. INTERDISCIPLINARIDADE

A obtenção de um resultado de trabalho coerente com a complexidade cultural só poderá ser atingida pela conjugação de diversas áreas de conhecimento, orientadas para o interesse comum de uma apreensão global dos fenômenos em foco.

O real conhecimento da complexidade cultural e a ação que a valoriza serão inadequados se perseguidos por um enfoque setorializado ou simples soma de abordagens desarticuladas.

6. REAPROPRIAÇÃO SOCIAL

Os trabalhos do minC serão orientados, desde seu planejamento até sua execução, pelo sentido da reapropriação social, garantindo-se à população brasileira a posse dos bens culturais que lhe pertencem, assim como os direitos decorrentes de sua criação e produção - continuamente ameaçados por valores ditos de maior importância ou pertinência.

O minC buscará, portanto, reintegrar aos contextos que os possibilitaram tanto os resultados materiais de seus trabalhos quanto os resultados reflexivos, cuidando para que a participação dos benefícios deles decorrentes seja ampla e democrática.

Para operacionalização das diretrizes serão adotadas pelo MinC as seguintes linhas de ação:

a) incentivo à produção e criação artístico-cultural, respeitadas as características de pluralidade cultural e preservado o princípio da liberdade de criação e expressão. A ação direta do Estado na produção só deverá ocorrer em projetos que não possam ser realizados pelo mercado;

b) garantia e estímulo à preservação e ao uso adequado de nosso patrimônio cultural;

c) difusão de bens e produções culturais, ampliando o acesso das diferentes camadas socioeconômicas da população e esses bens e produtos;

d) fomento às atividades de pesquisa, tendo em vista a heterogeneidade e a dinâmica do universo sociocultural brasileiro;

e) apoio à formação e valorização dos recursos humanos, com o objetivo de atender às necessidades do setor cultural;

f) desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio cultural com organizações internacionais e com todos os Estados nacionais, sem restrições ou discriminações;

g) garantia à proteção dos direitos decorrentes da criação;

h) apoio à produção e à melhoria de materiais e equipamentos necessários à criação artístico-cultural;

i) assessoramento a outras instituições governamentais na programação e execução de atividades culturais que lhes sejam próprias ou decorram de seus empreendimentos;

j) promoção de estudos e discussões relativas ao aperfeiçoamento do Código Nacional de Telecomunicações;

k) fortalecimento dos mecanismos de articulação e da integração com os demais órgãos governamentais e com as entidades organizadas da sociedade civil, em especial, buscando o apoio aos estudos dos programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, sempre pelo prisma da cultura e dos enfoques alternativos; e

l) intensificação e fortalecimento da interação entre cultura, Educação, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

RECOMENDAÇÕES SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO MINC

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A formulação das Diretrizes da Política Cultura torna-se inútil se, para sua execução, existir uma engrenagem emperrada ou deficiente. De nada vale, por exemplo, a fixação de critérios de descentralização e representatividade, se eles dependerem de uma estrutura que centralize as decisões e favoreça uma política clientelista.

A exigüidade do tempo destinado, no presente Seminário, à discussão da análise estrutural do minC, ainda que lamentável, justifica-se, se o considerarmos como o início de um processo de discussão que deve ter seqüência em todos os órgãos, com base em material mais detalhado. Esse processo deve culminar com a realização de novo Seminário, de 15 a 17 de janeiro próximo, para definir a estrutura administrativa definitiva do minC. A organização desse seminário caberá à atual Comissão de Interlocutores.

Na concepção, estruturação e funcionamento do minC devem estar presentes os princípios de democracia e representação.

Considerando-se as orientações da Política Cultural e os aspectos anteriormente mencionados, recomenda-se que a estruturação do minC observe os pontos a seguir explicitados, a fim de atender à sua administração interna e, principalmente, aos anseios da sociedade e clientela com as quais o Ministério de verá atuar.

2.1 A estruturação administrativa do minC se fará baseada na premissa de que sua atuação se dá sempre através de suas entidades supervisionadas, suas áreas-fim e órgãos colegiados - ressaltados os casos em que haja implicações de ordem legal.

2.2 A reorganização administrativa deve basear-se na história, na experiência acumulada e na prática de trabalho das atuais Fundações, Empresa e Órgãos Colegiados do minC, que não deverão ser entendidos como meras entidades executoras.

2.3 É indispensável que haja coerência entre a prática do minC no tocante à sua estrutura administrativa e as formulações teóricas da Secretaria de Modernização Administrativa, as quais subscrevemos, com exceção do parágrafo sobre estatutos e regimentos internos das entidades vinculadas e órgãos colegiados.

2.4 Cumprir evitar duplicação de unidades e sobreposição de competências.

2.5 Cabe às entidades vinculadas e órgãos colegiados o papel de assessores naturais do minC em suas respectivas áreas de competência.

2.6 Para a definição de atribuições das Assessorias, reitera-se que estas não devem ter caráter executivo, cabendo-lhes exclusivamente o caráter consultivo e de articulação com os movimentos sociais.

2.7 Os órgãos sistêmicos e de direção superior do minC não de vem crescer desnecessariamente, criando assessorias e outras ci cisão e de execução, transformando-se em órgãos de planejamento, de de unidades supervisionadas; a duplicação de recursos próprios, se superponham às processo decisório e enfraquece a atuação das unidades.

2.8 Cabe ressaltar que existem espaços institucionais que o Mi nistério deve organizar-se para ocupar, como, por exemplo:

2.8.1 Educação

O minC deve criar um organismo executivo, fornecendo subsí dios para a política, a filosofia e o planejamento de ações, con siderando para isto a participação dos órgãos a partir de sua experiência na área.

2.8.2 Indústria Cultural (rádios e tevês comunitários)

Antecedendo a modificação do Código Nacional de Telecomunicações, o minC deve criar um organismo que coordene a difusão de informa ções do que é produzido por meios alternativos de comunicação de massa (rádios e tevês). As ações desse organismo devem incenti var e apoiar a criação e atuação de emissoras (UHF, AM e FM) e a distribuição de seus programas, bem como de associações de produtos independentes.

2.8.3 Relação com outros ministérios

A importância da inter-relação existente entre cultura e demais políticas governamentais com repercussão cultural sugere a in clusão, na estrutura do minC, de instrumentos que articulem a relação com os outros Ministérios, para avaliação e planejam_{en} to das ações.

2.9 A supervisão das Secretarias -fin sobre as unidades vincula das deve ser entendida como supervisão funcional e não como su bordinação hierárquica.

2.10 Os regimentos da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória deverão ser elaborados de tal modo que compatibilizem e garantam a per feita integração de sua competência e linha de atuação.

2.11 Convém que sejam repensados o papel, subordinação, atribui ções e composição de todos os Conselhos do minC (incluído o da SPHAN) e das Secretarias-fim (SAC e SPHAN)

2.12 O regimento da Secretaria de Ação Cultural deve ser elabora do de comum acordo com os órgãos a ela afetos.

2.13 A Secretaria de Relações Institucionais assumirá, única e exclusivamente, o papel de Secretaria de Relações Internaciona is, de ação articuladora nessa área de competência.

2.14 As atribuições e estruturas das Secretarias de Planejamen to e Orçamento deverão ser melhor definidas para evitar pontos obscuros em sua competência.

2.15 A essas Secretarias (Planejamento e Orçamento) não caberá interferência no conteúdo programático das entidades vinculadas.

2.16 São recomendáveis providências urgentes para que o INACEN adquira sua autonomia administrativa e financeira em relação à FUNARTE, configurando-se como organismo independente na área da Secretaria de Ação Cultural, como Fundação Nacional de Artes Cên nicas, mantendo-se em seu regimento interno os itens referentes ao seu Conselho Deliberativo e às suas prerrogativas.

2.17 Finalmente, para operacionalizar os princípios de democr acia e representatividade, sugerem-se as seguintes medidas:

2.17.1 que cada órgão estude a melhor forma para viabilizar, em nível da decisão, a existência de conselhos deliberativos e/ou consultivos, onde também assento representantes de suas diversas áreas programáticas, assim como representantes legitime namente indicados pelas entidades que representam politicamente os produtores culturais;

2.17.2 que, nos casos em que as especificidades dos produtores culturais tornarem impossível a existência desses conselhos, os organismos se preocupem em criar outros mecanismos igualmente representativos e democráticos;

2.17.3 que o Ministério da Cultura disponha igualmente, na sua hierarquia e também em nível decisório, de um Conselho Deliberativo onde tenham assento os representantes de seus diferentes organismos, com as seguintes atribuições, entre outras;

- a) traçar as diretrizes para a Política Cultural do Ministério;
- b) discutir as formas de implementação dessas diretrizes.

3 RECOMENDAÇÕES PARA A POLÍTICA ADMINISTRATIVA

3.1 Deverão ser criados mecanismos e forma de articulação entre todas as entidades supervisionadas e órgãos colegiados, com vistas à harmonização de sua atuação.

3.2 O orçamento do minC será definido pelo Conselho Deliberativo, formado pelos representantes dos diversos organismos e presidido pelo Sr. Ministro.

3.3 Na discussão da proposta orçamentária junto à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, deverá ser adotada a prática de participação de representantes das unidades do minC.

3.4 A ação dos órgãos sistêmicos (CIS/ET/SOF/DP/DA) deve ter um caráter de assessoramento técnico-orientador, e não de mera cobrança.

3.5. A Assessoria Parlamentar, ao acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional, o fará de maneira articulada com os órgãos pertinentes.

3.6. É indispensável a adoção de uma política de pessoal que res guarde as competências requeridas para o desempenho na área cul tural e a implementação de planos isonômicos de cargos e salá rios entre os diferentes órgãos vinculados ao minC.

3.7 Sugere-se o estabelecimento de fluxos de informações geren ciais em substituição aos procedimentos centralizados que estão sendo implantados com o propósito de captar dados das unidades supervisionadas e órgãos colegiados.

3.8 É necessário o fortalecimento da capacidade fiscalizadora do CNDA, no sentido de assegurar ao criador os direitos decorrentes da exploração econômica de sua obra.

3.9 É recomendável a distribuição de recursos pelo mecanismo de convênio único para as Secretarias Estaduais da Cultura, de acordo com os seguintes critérios:

a) definição anual dos montantes desses recursos pelo Conselho Deliberativo do minC;

b) liberação desses montantes como verba de apoio para ativi dades culturais das referidas Secretarias, sem referência a essas atividades e/ou a projetos;

c) explicitação de que os recursos concedidos não poderão ser utilizados para manutenção administrativa dos órgãos beneficiados, nem para construção, aquisição e/ou reforma de prédios, o cumprimento dessa disposição condicionará o envio de novos re cursos a cada Secretaria.

3.10 As Secretarias Estaduais de Cultura poderão receber, além dos recursos que lhes forem destinados mediante o mecanismo acima referido, outros recursos enviados pelas unidades supervi sionadas, empresa e conselhos do minC, em função de análise e aprovação de projetos específicos por elas propostos a essas entidades.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Abeci Carlos Borges
Ana Elisa Moraes Leonel
Ana Maria Tapajós
Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Augusto Ferreira Neto
Carlos Alberto Guedes
Carlos Moura
Elizabeth Contreiras
Fabio Gomes
Fausto Alvim Junior
Fernando Lins
Floriza Vanuzze
Francisco Dias
Iasaura Botelho
Itamar Maria Aguiar
Joaquim Itapary Filho
José Manoel Buarque Franco Neto
Maria Bandeira de Negreiros
Mariano Justino Marcos Terena
Odete Carneiro Lapa
Paulo Couto Teixeira
Renata Coutinho
Rodrigo Andrade
Sergio Ramos
Sonia Guarita
Ulisses Panisset

CONSELHO NACIONAL DE DIREITO AUTORAL

Henry Vanzan de Almeida
Hildebrando Pontes Neto
Jacyra França
Jorge José L. N. Ramos
José Viegas Ribeiro
Maria Salete de Carvalho Mastari
Maria Mokarzel
Otávio Carlos A. Monteiro

CONSELHO NACIONAL DE CINEMA

Lucila Avelar
Marli Pires de Castro

EMPRESA BRASILEIRA DE FILMES

Antonio Carlos Nunes do Poço
Aureliano da Rosa Machado Filho
José Carlos Machado Avellar

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Beatriz Amaral de Salles Coelho
Bernardo Chaves de Melo
José Manoel de Andrade Pires
Luiz Eduardo Borzino
Olavo Brasil de Lima Junior
Paulo Henrique Osório Coelho
Rachel Teixeira Valença
Sonia Maria Otero Coqueiro

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE

Adauto Novaes
Amália Lucy Geisel
Antônio Daniel Nobre Mendes
Edino Krieger
Flavio Silva
Hermínio Bello de Carvalho
Iole de Freitas
José Américo Pessanha
Laura Maria Ferraz Alves
Maria Bonumã
Maria Laura Viveiros de Castro
Maria Luiza Librandi
Nira de Castilho
Paulo Cesar Soares
Pedro Vasques
Walkiria Dutra de Oliveira
Ziraldo Alves Pinto

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

Antonio Luiz
Aparecida Mesquita
Ciro Elidio Lyra
Clara Alvim
Domingos Linheiros
Dora Alcântara
Edgar Acosta Diaz
Gilson Antunes
João de Souza Leite
José Laurênio
José S. Quintas
Lilian Barreto
Lucia Medeiros
Magno José Vilela
Maria Alice Castro
Olimpio Serra
Regina Coeli
Ricardo José Cioglia
José Rui Guimarães Mourão
Solange Sampaio Godoy
Sonia Rabello
Virginia Guedes
Waldomiro Marques

INSTITUTO NACIONAL DE ARTES CÊNICAS

Arminda da Costa Camargo
Beatriz Getúlio Veiga
Carlos Pereira de Miranda
Celso Cardoso Coelho
Francisco Gregório da Silva Filho
Humberto Braga
João Batista Tatu Pena
João Sérgio Barreto Leite Sanz
Luciana Maria Helena K. Cherobim
Luiz Carlos Lenine Brandão Tavares
Stanley Livingstone Whibbe
Tania Cecília Pacheco da Silva

FÓRUM DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES

EMBRAFILME

- José EufRASino de Souza

FUNARTE

- José Ferreira Leça

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

- Roberto Luiz dos Santos

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

- Rodolfo Tigre

INACEN

- Aristóteles Alves dos Santos